

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GUILHERME SOARES FARIA

O PAPEL DO CONTADOR NO PROCESSO ELEITORAL:
PROTAGONISTA OU COADJUVANTE?

Rio de Janeiro
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GUILHERME SOARES FARIA

O PAPEL DO CONTADOR NO PROCESSO ELEITORAL:
PROTAGONISTA OU COADJUVANTE?

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis pela
Faculdade de Administração e Ciências
Contábeis da Universidade Federal do Rio de
Janeiro.

Orientador: Prof. Washington Juarez de Brito Filho

Rio de Janeiro
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GUILHERME SOARES FARIA

O PAPEL DO CONTADOR NO PROCESSO ELEITORAL:
PROTAGONISTA OU COADJUVANTE?

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis pela
Faculdade de Administração e Ciências
Contábeis da Universidade Federal do Rio de
Janeiro.

Orientador: Prof. Washington Juarez de Brito Filho

Aprovada em _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Washington Juarez de Brito Filho

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Mônica e Pereira, por todo esforço na minha formação educacional, todas as conversas motivacionais, pela criação, pelos valores e pelo apoio incondicional durante todo esse caminho que foi percorrido até hoje e que ainda irei percorrer pela frente.

Agradeço ao meu irmão, Matheus Soares, por todas as conversas inspiradoras e toda a cumplicidade que fortalecemos desde o primeiro momento de vida.

Agradeço ao meu orientador, prof. Washington Juarez de Brito Filho, pela disponibilidade e pelo conhecimento transmitido para esse trabalho.

Aos meus amigos, Vinícius Teixeira, Filipe Onofre, Thayrine Lima, Fernanda Bombinho, Pedro Gama, João Fabrício, Paula Diniz, que desde o Colégio Santa Mônica, vem sendo de extrema importância na formação do meu caráter e de quem me tornei hoje.

Aos meus amigos de infância Diego Roma, Caio Laplagne, Vitor Forestieri, Gabriel Possebon, Matheus Reis, Thales Seabra, que se fizeram presente desde a minha infância com o compartilhamento de conquistas e derrotas.

Aos meus amigos da UFRJ, Alexander Padoin, Artur Cardoso, Ramon Barral, Raphael Félix, Arthur Lopes, que estiveram nessa caminhada da primeira graduação e se esforçam, diariamente, para trazer alegria juntamente dos estudos.

A todos os professores, em especial André Barcauí, Márcia Carvalho, Carlos Vieira, Gleiner Costa, Luiz Lins, Guilherme Guimarães e Luiz Antônio Leal, pelas aulas ministradas e pelo conhecimento passado.

Agradeço também, a Nathalia Fioravante, pela ajuda imensurável em momentos mais confusos da minha vida e pela confiança depositada em minha pessoa. E agradeço por último, mas não menos importante, a Manuela Lenkic, por todo seu companheirismo durante essa caminhada, por toda confiança depositada em mim, por todos os momentos em que me fez permanecer firme nas minhas escolhas e, por último, por ser a pessoa mais importante da minha vida nesse momento.

RESUMO

O processo de prestação de contas é utilizado pela Justiça Eleitoral para como instrumento de fiscalização da utilização de recursos nas campanhas eleitorais e a presença do contador dentro deste processo vêm ganhando importância ao passar dos anos. Não é de hoje que a contabilidade se faz presente no ramo de tomada de decisões, não seria diferente no campo político. Os princípios contábeis e a transparência garantida pela presença do profissional contábil dentro de qualquer processo, fez com que o Tribunal Superior Eleitoral tornar-se, a partir da minirreforma eleitoral de 2015, a presença obrigatória deste profissional no processo de prestação de contas. O presente trabalho tem a finalidade de trazer a discussão a importância da presença do contador dentro do processo eleitoral, mais precisamente na prestação de contas. Foi descrito o processo de prestação de contas desde a sua criação até o ano de 2016, na qual se deu a primeira prestação de contas sem a doação de recursos de pessoas físicas e com a presença obrigatória do contador. Também foram consultadas Leis e Resoluções acerca do tema. Pelo estudo se verificou que o profissional de contabilidade agrega valor e confiabilidade ao processo eleitoral. Tais fatores apresentados são baseados em princípios contábeis, além de conter explicações acerca da diferença da Resolução de 2014 e a Resolução de 2016. Assim, este profissional deve assumir a responsabilidade que lhe cabe no processo eleitoral e ser o responsável pela mudança que a sociedade busca no que tange à corrupção e no uso de recursos públicos em campanhas eleitorais.

Palavras-chave: Prestação de Contas. Processo Eleitoral. Contador.

ABSTRACT

The accountability process is used by the Electoral Court as an instrument for monitoring the use of resources in electoral campaigns and the presence of the accountant within this process has gained importance over the years. It is not today that accounting is present in the field of decision-making; it would not be different in the political field. The accounting principles and the transparency guaranteed by the presence of the accounting professional within any process, has made the Superior Electoral Court become, as of the electoral mini-reform of 2015, the mandatory presence of this professional in the accountability process. The present work has the purpose of bringing to the discussion the importance of the presence of the accountant within the electoral process, more precisely in the rendering of accounts. The accounting rendering process was described from its creation until the year 2016, in which the first rendering of accounts was given without the donation of resources of individuals and with the mandatory presence of the accountant. Laws and Resolutions on the subject were also consulted. Through the study it was verified that the professional of accounting adds value and reliability to the electoral process. These factors are based on accounting principles, as well as explanations about the difference between the Resolution of 2014 and the Resolution of 2016. Thus, this professional must assume the responsibility that corresponds to him in the electoral process and be responsible for the change that society seeks with regard to corruption and the use of public resources in electoral campaigns.

Keywords: Provision of Accounts. Electoral process. Counter.

LISTA DE SIGLAS

CF	Constituição Federal
SPCE	Sistema de Prestação de Contas Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
MPF	Ministério Público Federal
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPF	Cadastro de Pessoa Física
MCCE	Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Formulação do problema e objetivo do trabalho	1
1.2 Metodologia.....	3
1.3 Estrutura do trabalho	3
2 A CONTABILIDADE ELEITORAL.....	4
2.1 A Origem da Contabilidade Eleitoral	6
2.2 Entender as Resoluções, análise entre 2014 e 2016.	8
3 A IMPORTÂNCIA DO CONTADOR NA PRESTAÇÃO DE CONTAS	12
3.1 Como era e como é o papel profissional do contador?.....	15
3.2 Qual a função do contador na elaboração das prestações de contas.....	16
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	23

1 INTRODUÇÃO

1.1 Formulação do problema e objetivo do trabalho

A origem da Contabilidade que conhecemos hoje se deu por Frei Luca Pacioli, perto do ano de 1494 com a criação do Método de Partilhas Dobradas, dando início ao método do pensamento científico da Contabilidade (SÁ, 2004). Esse método se resume a criação de débito e crédito como forma de contabilização, aonde pra existir uma soma de valores a débito, obrigatoriamente necessita ter os mesmos valores somas a crédito. Uma nova fase da Contabilidade passou a surgir após o ano de 1840, quando a ciência passou a fazer parte de interações sociais, políticos e religiosos, e passou a ser entendida como uma ciência. Isso ocorre, pois ela possui um método específico, um objetivo próprio, uma finalidade determinada e se baseia em teorias e hipóteses testadas várias vezes até uma a chegada a um mesmo resultado. Assim, como é reconhecida como método científico e, portanto, confiável, a Contabilidade passou a ser vista como um fenômeno de grandes mudanças.

Percebe-se, então, que a contabilidade sempre foi tratada de forma relevante no âmbito de tomada de decisões, com base em apresentações de demonstrações contábeis em diversos ramos, tanto nas instituições públicas, como em privadas. A necessidade de transparência e confiabilidade dos dados e movimentações financeiras, por exemplo, é fundamental para um bom funcionamento da sociedade no geral, para que condutas corruptivas e danosas sejam evitadas ou punidas. A contabilidade, nesse prisma, é um instrumento fundamental. Porém, no que se refere à esfera eleitoral, ou seja, nas instituições que controlam e asseguram esse processo democrático, essa relevância só foi conseguida a partir de 2015 e vem se aperfeiçoando no controle dos gastos públicos e privados com as campanhas eleitorais.

Nesse sentido, pôde-se observar a criação da Lei da Ficha Limpa, de iniciativa popular, levada ao Congresso Nacional em 2009 para votação. Ela trouxe uma discussão acerca das práticas de corrupção no setor político na gestão do dinheiro público e, por consequência, a falta de transparência dessas contas públicas. A partir disso, essa lei pode ser considerada um divisor de águas na política brasileira e no momento político que atravessava o país, pois marcou e mostrou uma preocupação maior da sociedade em relação aos seus representantes nos poderes Legislativo e Executivo. Dessa forma, foi possível perceber que houve uma continuidade dessas demandas com a discussão e

aparecimentos de movimentos anticorrupção. Com isso, houve a criação das "dez medidas anticorrupção" pelo Ministério Público Federal (MPF) que está atrelada a uma onda de manifestações no país no que se refere a impunidade de políticos e a escândalos com o dinheiro público.

Com isso, surge a necessidade de se ter maior transparência nas contas públicas relacionadas ao processo eleitoral, o que obrigou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a aumentar a fiscalização em relação às prestações de contas eleitorais (ou seja, controle de gastos e origem dos recursos arrecadados pelos candidatos nas campanhas) e instituiu a presença obrigatória do profissional da contabilidade neste processo. Na tentativa de aumentar, assim, a transparência do uso de dinheiro público nas campanhas eleitorais e de diminuir a quantidade de escândalos de corrupção que assolam a política desde a constituição da democracia e do voto popular.

Então, o objetivo do presente trabalho é o de contribuir no campo da contabilidade eleitoral com um estudo específico quanto à importância do contador no processo eleitoral e o que vem mudando desde a elaboração do “Manual de Arrecadação”, pelo TSE, em 2002, que marcou o primeiro ano de prestação de contas dos candidatos e afiliações.

Torna-se evidente, portanto, a modificação do papel do profissional de contabilidade dentro do sistema eleitoral que, a partir de 2015 com a Lei 13.165, passa a ser fundamental no processo de transparência da prestação de contas eleitoral.

1.2 Metodologia

Este trabalho foi fundamentado em uma consulta em dados e resoluções específica sobre o tema Prestação de Contas Eleitoral, Contabilidade Pública e Contabilidade Eleitoral bem como a análise das Resoluções acerca do tema, disponibilizadas pelo TSE. Então, a metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica, usando-se leis, Código de Ética do Profissional Contábil, artigos, bem como em trabalhos acadêmicos. A partir da revisão, pretende-se estabelecer qual é a relação dos contadores com o processo eleitoral, e como eles devem agir à luz da regulamentação vigente.

1.3 Estrutura do trabalho

O primeiro capítulo trata da Introdução do presente trabalho, subdividido em: 1.1 Formulação do problema e objetivo do trabalho; 1.2 Metodologia e 1.3 Estrutura do trabalho.

No segundo capítulo, Contabilidade Eleitoral, é discorrido sobre o tema da prestação de contas eleitoral, definindo-se como e o que é o processo eleitoral, qual a importância das demonstrações contábeis nas tomadas de decisões de voto e a sua relação com a corrupção. Esse capítulo é subdividido em duas partes: 2.1 Origem da contabilidade eleitoral e 2.2 Entender as Resoluções, que busca explicitar as resoluções dos anos 2014 e 2016, do TSE, analisando as principais mudanças ocorridas entre elas.

O terceiro capítulo, A Importância do Contador no Processo de Prestação de Contas, busca tratar especificamente do papel do profissional contábil na elaboração da prestação de contas e também da responsabilidade em que ele está sujeito por não seguir a legislação vigente. Esse capítulo é subdividido em 3.1 Como era e como é o papel profissional do contador e 3.2 Qual a função do contador na elaboração das prestações de contas.

Por fim, o quarto capítulo trata-se da Conclusão que é o ponto de vista do autor, a partir de tudo o que foi disposto no trabalho.

2 A CONTABILIDADE ELEITORAL

Para analisarmos o processo eleitoral no Brasil, atualmente, é necessário voltarmos à época da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). Essa parte da história do país, foi marcada pela divisão do sistema político brasileiro em um sistema bipartidário, ou seja, onde apenas dois partidos eram possíveis e as eleições eram indiretas. Mesmo com a reforma partidária em 1979, esse sistema se perpetuou até as eleições de 1989, quando foi realmente extinto com a criação da Constituição Federal (CF) de 1988, vigentes até hoje. Pode-se perceber, assim, que o sistema político brasileiro, a própria democracia e todos seus processos são recentes.

Já no âmbito dos processos de eleição, a formação da disputa eleitoral se dá de modo majoritário ou proporcional. O primeiro significa que a eleição do representante se dá com o maior número de votos válidos, ou seja, com o maior número de votos absolutos em um candidato, como os presidentes, governadores, senadores e prefeitos, responsáveis por chefiar o Poder Executivo. Já o segundo é realizado por meio da contagem de votos válidos que são divididos entre as cadeiras do Poder Legislativo, o que faz com que cada partido ou coligação que obtiver o número suficiente de votos para conquistar uma cadeira, eleja o de maior votação dentro do partido, dessa maneira, é feita a eleição de deputados federais/estaduais e vereadores.

Além disso, o processo eleitoral é dividido nas seguintes fases: Registro de candidatos, Cadastro de eleitores, Votação, Prestação de contas, Divulgação do resultado e a Diplomação dos eleitos, este processo só pode ocorrer atendendo as devidas especificações que são: O partido político precisa ter registrado o seu estatuto com, no mínimo, um ano de antecedência. Depois do registro, o partido político escolhe, em uma convenção partidária, quais serão os seus representantes para a disputa das eleições, podendo, cada candidato, concorrer a apenas um cargo. Para definir o número de candidatos é necessário analisar o coeficiente de vagas abertas, pois, cada partido pode lançar até 150% do número de vagas de cada cargo e em caso de coligação, independentemente do número de partidos, a coligação pode lançar até 200% do número de vagas.

A legislação eleitoral no Brasil obriga todo brasileiro, maior de 18 anos, a participar das eleições, sendo facultativo o voto para analfabetos, para os jovens entre os 16 a 18 anos e para maiores de 70 anos. Atrelado a isso só é possível realizar o cadastro dos eleitores em até 151 dias antes das eleições subsequentes.

O momento da votação é o mais importante de todo o processo eleitoral, pois é, a partir dele, que a democracia se efetiva e é feita a escolha de quem irá lhe representar até a próxima eleição. Por ser obrigatório, o não comparecimento do eleitor resulta em multa imposta pela Justiça Eleitoral e, ainda, é necessária a justificativa pelo não comparecimento.

A divulgação do resultado das eleições é feita no mesmo dia de votação, com a ajuda dos meios de comunicação é informado quem conquistou o cargo em disputa e quem será o suplente ao cargo. Na diplomação dos candidatos, se atesta quem está apto a exercer a função na qual foi eleito e se concretiza o fim do processo eleitoral.

Este momento é marcado pela responsabilidade e consciência do eleitor perante todo este processo, ao passo que definirá os próximos representantes e as novas diretrizes políticas do país. Para a completude do processo é necessária a contraprestação dos candidatos que devem assegurar a transparência da movimentação de recursos financeiros da campanha.

Nesse sentido, ainda que não seja de conhecimento da sociedade, a prestação de contas assume papel definidor no processo eleitoral. É com o surgimento da Lei 9.504/1997, que estabelece normas e sanções aos candidatos que não realizarem essa prestação junto a Justiça Eleitoral, que se atinge o objetivo de maior transparência dos gastos nas campanhas eleitorais e garante a legitimidade dos recursos arrecadados durante a campanha.

É nesse contexto que se inicia o que podemos chamar de Contabilidade Eleitoral, pois, o contador se torna peça fundamental no auxílio aos partidos que buscam alcançar a lisura de seus recursos financeiros, bem como, de seus candidatos.

2.1 A Origem da Contabilidade Eleitoral

A contabilidade pública, segundo o site Portal da Contabilidade¹, é o ramo da contabilidade que registra, controla e demonstra a execução dos orçamentos, dos atos e fatos da fazenda pública e o patrimônio público e suas variações. Com o surgimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, a contabilidade pública passou a ter uma relevância muito maior dentro do Estado. A contabilidade pública tem como parâmetro inicial a Lei 4320, de 17 de março de 1964, que inseriu normas para o controle dos orçamentos do Estado. Ela tem a função de registrar a previsão de receitas e a fixação das despesas dentro do Exercício, estabelecida pelo Orçamento Público. Um dos ramos da contabilidade pública é a contabilidade eleitoral, que surge com o mesmo princípio de controle dos gastos nas campanhas eleitorais, com o objetivo de regulamentar o uso de recursos nas campanhas eleitorais.

Uma grande relevância dentro dos dias atuais é a participação do profissional de contabilidade nas prestações de contas eleitorais. Pois, desde 2016 que o contador é visto como essencial e indispensável dentro do processo eleitoral, sendo responsável pela elaboração e veracidade de toda e qualquer informação que ele registra na prestação de contas em questão.

A contabilidade eleitoral surge no ano de 2002, com a criação do “Manual de Arrecadação, Aplicação de Recursos e Prestação de Contas das Campanhas Eleitorais”, Um manual que visava conter a primeira resolução a ser seguida pelos candidatos a eleição daquele ano. A partir desse ano, o TSE vem aumentando as exigências na prestação de contas eleitoral e mudando conforme a evolução da tecnologia de informação e a necessidade de se ter um controle maior com todo o recurso financeiro que era investido nas campanhas eleitorais. Chegando em 2016 com a maior novidade desde 2002, que foi a não aceitação de doações de recursos financeiros de empresas privadas. Com isso, o volume de recursos utilizados em campanhas eleitorais caiu drasticamente e, assim, facilitando o controle, por parte do TSE, do uso de recursos públicos (Fundo Partidário) e recursos de pessoas físicas. Paralelo a isso, foi lançado o Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE), que se trata de um programa baixado

¹ Portal da Contabilidade: O que é Contabilidade Pública?. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadepublica.htm>, acessado em: 02 de jun de 2018

pelo site da Justiça Eleitoral, que produz toda a prestação de contas do candidato, sendo complementado em cada item conforme a Resolução indicava.

O devido registro no Sistema de Prestação de Contas Eleitoral, o SPCE, gera um documento que deve ser apresentado perante o Órgão da Justiça Eleitoral, mesmo que sem movimentação financeira, para a análise dos profissionais competentes. A não apresentação deste documento é caracterizada como uma omissão, essa omissão acarreta a não diplomação dos candidatos eleitos, enquanto perdurar-se.

A partir desta data, começou a discussão sobre a importância da contabilidade eleitoral e das Demonstrações Contábeis como forma de escolha do candidato e da relação entre arrecadação financeira de campanha e número de votos conquistados.

Com a necessidade de aumentar a fiscalização das campanhas eleitorais e obter um maior controle do que acontecia, foi criada a Lei nº 9.096/95, apenas trinta anos após a primeira Lei sobre Contabilidade Eleitoral no país. A Lei dos Partidos Políticos, outra nomeação dada a Lei nº 9.096/95, veio como forma de aumentar as regras impostas aos partidos políticos, constituir uma organização e estrutura interna e impor regras aos seus filiados. Logo após a criação da Lei nº 9.096/95, foi criada a Lei nº 9.054/97, conhecida como a Lei das Eleições. Ela já abordava temas como quantidade de votos necessários para o candidato ser eleito, quando há casos de segundo turno, qual a quantidade de candidatos que cada legenda pode lançar em cada eleição, entre outros. Com o passar dos anos foi sendo percebida a necessidade, gradativa, da criação de outros meios de controle nas campanhas eleitorais e no dinheiro que a mesma envolvia.

Segundo Tavares (2002), o controle dos gastos eleitorais serve para o julgamento sobre as receitas e despesas de cada candidato, levando em consideração a forma de arrecadação e os limites impostos pela Resolução vigente.

Essa regulamentação auxiliou a Justiça Eleitoral no aumento da fiscalização quanto às sanções em relação à prestação de contas, exigindo, desde 2015, a presença obrigatória do profissional da contabilidade na elaboração desta prestação de contas, bem como, na presença de um advogado para protocolar todo o processo.

2.2 Entender as Resoluções, análise entre 2014 e 2016.

Para entender a mudança no papel exercido pelo contador dentro do processo eleitoral, é preciso primeiro compreender as diferenças que levam a essa mudança. Para isso o presente trabalho busca fazer uma análise entre as resoluções nº 23.406 e a resolução nº 23.463, que são o grande ponto de ruptura nessa transformação.

Esse objetivo só poderá ser alcançado se entendermos a fundo o processo eleitoral e suas fases que são: a eleição começa após o partido político ou coligação, realizar a convenção partidária, em que são escolhidos quais serão os candidatos que irão concorrer ao pleito no ano corrente. Uma vez registrada a ata, os candidatos registram e aguardam a liberação do seu CNPJ de campanha, tendo em vista que para concorrer aos cargos é necessária a constituição de pessoa jurídica bem como a abertura de conta bancária referente a esta pessoa jurídica, seja esta doação um recurso financeiro, um recurso estimável em dinheiro ou nenhuma doação.

O limite para a abertura da conta bancária pelo candidato é de no máximo 10 dias corridos a partir da emissão do CNPJ, podendo ser aberta em qualquer instituição financeira do país, com a obrigatoriedade de apenas receber recursos de origem identificada, não sendo obrigatória a abertura de conta bancária específica caso o município não tenha agência bancária ou posto de atendimento bancário. A partir da devida abertura da conta bancária passa a ser responsabilidade da instituição financeira o controle de entrada e saída da conta, a respectiva identificação do doador e também o envio do extrato bancário mensal para o TRE responsável.

Em relação à arrecadação de recursos, tanto financeiros quanto estimáveis em dinheiro, a principal diferenciação entre as resoluções que norteiam a prestação de contas é a criação da Lei 13.165, iniciativa do TSE com o aval do STF, em 2015, que na expectativa de ampliar a fiscalização dos financiamentos das campanhas eleitorais, veda a possibilidade de doação de recursos financeiros advindo de pessoas jurídicas. A principal consequência dessa mudança na legislação eleitoral foi à redução do orçamento das campanhas de 2016 se comparado aos gastos nas eleições de 2012.

Doação de pessoas físicas na eleição de 2014 era permitida em transferência bancária, cheque nominal e cruzado, depósitos em espécie devidamente identificados e cessão de bens estimáveis em dinheiro, sendo esses bens móveis, imóveis ou serviço do fruto de seu próprio trabalho. Já em 2016 só foi permitida a doação de pessoas físicas por meio de transferência bancária, pois, em relação a doações autorizadas em 2014 o

rastreamento do dinheiro era feito de forma mais difícil e com a definição da transferência bancária como única forma de doação financeira, o recurso é mais facilmente rastreado desde a sua origem até o seu destino. O recurso de até R\$ 1.064,10 não necessita de transferência bancária, podendo ser feita diretamente na boca do caixa com a devida identificação.

Limite de pessoas físicas – 10% dos rendimentos declarados no IR do ano anterior.

Limite de pessoas jurídicas (proibido em 2016) – 2% do rendimento do faturamento bruto do ano anterior.

Bens estimáveis – 2014 R\$ 50.000 e 2016 R\$ 80.000

Limite próprio – 100% do declarado no IR do ano anterior.

Todo e qualquer recurso de origem não identificada, deverá ser devolvido ao seu doador, pois a doação passa a ser inválida e caso não seja possível sua devolução, a mesma deverá ser recolhida ao Tesouro Nacional, por meio de GRU, impossibilitando o uso desse recurso na campanha, o desrespeito a essa norma culmina em sanção com pena prevista de desaprovação das contas, além da aplicação de uma multa no valor de 5 a 10 vezes o valor da doação.

A data limite para a arrecadação de recursos destinada somente a quitação de dívidas de campanha só é permitida até a data da eleição, sendo permitida a arrecadação após a data da eleição apenas para pagamento de dívidas anteriores. Nesse contexto, as sobras de campanha são transferidas para a conta regular do partido, que constituem uma fundação, do qual o candidato concorreu ao pleito uma vez que não pode, em hipótese alguma, se beneficiar dos recursos destinados a sua campanha.

Os recibos eleitorais de doação devem ser emitidos dentro do próprio sistema do TSE, o Sistema de Prestação de Contas Eleitoral (SPCE) que faz todo o controle de receitas e despesas das eleições, informando ao TSE, toda a arrecadação de recursos financeiros em até 72h, de forma online. Estes recibos são numerados de forma sequencial e devem ser utilizados à medida que as doações vão se efetivando, já algumas situações de doação dispensam o uso do recibo eleitoral, como a cessão de bens móveis, limitados ao valor de R\$ 4.000,00 por cedente, doações estimáveis em dinheiro entre material de propaganda conjunta ou uso comum de imóveis para sede da campanha eleitoral. Deve constar no recibo de doação ainda, quando seu uso é exclusivo para doação de partidos ou candidatos, a presença do doador originário, o que facilita para a fiscalização saber a origem do recurso utilizado naquela campanha.

Caso o candidato ou partido opte por realizar um evento ou uma comercialização

de bens com a destinação específica de obter receitas financeiras para a campanha, o mesmo deve informar à Justiça Eleitoral, com prazo mínimo de 5 dias úteis de antecedência para ser determinada a fiscalização necessária para esse tipo de evento, manter em posse do organizador toda e qualquer documentação necessária para a devida prestação de contas, contendo custos e receitas obtidas. Vale ressaltar que toda receita obtida com fins de uso nas campanhas eleitorais devem respeitar o limite imposto de doação estipulado pela Resolução vigente.

Além disso, temos o caso específico do profissional de contabilidade e do profissional de advocacia, diferença norteadora para a análise da essência do presente trabalho. Para a consultoria contábil ou consultoria jurídica, desde o início da campanha eleitoral, deve constar dentro do SPCE, sendo uma despesa do candidato, pago pela conta bancária específica de campanha e realizado dentro da prestação de contas, caso seja honorários de defesa do candidato ou partido, após a entrega da prestação à Justiça Eleitoral, não podem ser pagos com recursos de campanha pois não caracterizam despesas eleitorais, sendo de inteira responsabilidade do candidato como pessoa física, sendo declarado fiscalmente no candidato que optar por essa defesa ou, no caso de partidos políticos, constar nas respectivas prestações de contas anuais do próprio partido.

A partir da Eleição de 2014 foi colocado um novo prazo para a apresentação da movimentação financeira dos candidatos. A partir de movimentação financeira dentro da conta bancária específica de campanha, a Justiça Eleitoral determinou que o candidato que receber essa receita financeira, tem o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas para mandar um relatório financeiro, de forma online, pelo Sistema de Prestação de Contas Eleitoral, o SPCE, e o Tribunal Superior Eleitoral tem até 48 (quarenta e oito) horas para disponibilizar estes dados na internet.

A partir da Eleição de 2014 o TSE adotou uma prestação de contas simplificada, que iria englobar as prestações que movimentam menos de R\$ 20.000,00. Com isso, o Tribunal diminuiu o volume de informações desnecessárias, tornando o julgamento mais rápido e a divulgação das informações de todos os candidatos, disponível com uma maior confiabilidade e entendimento por toda sociedade.

A prestação de contas tem a finalidade principal de controlar os gastos nas campanhas eleitorais e, com isso, preservar uma transparência em relação ao uso de dinheiro público de forma responsável. A prestação de contas pode ser entendida como aprovada, aprovada com ressalvas, desaprovação ou não prestação. Em caso de

prestação de contas aprovada ou aprovadas com ressalvas, o entendimento do Tribunal Eleitoral é que não houve nenhuma atitude relevante do candidato durante o período eleitoral e que todos os gastos e receitas foram feitos dentro da legislação vigente, com toda documentação entregue para fins de julgamento. A prestação de contas não prestada gera sanção ao candidato de perda da quitação eleitoral, que é o documento de regularidade com a Justiça Eleitoral, tornando-o inelegível por até 8 anos, dependendo do entendimento do Tribunal. Porém, no caso de desaprovação das contas, existe uma discussão sobre quais sanções devem ser impostas ao candidato. A medida que as Resoluções vêm sendo feitas e atualizadas, a sanção pode mudar de uma eleição para outra, sendo de responsabilidade do candidato a prestação de contas correta e dentro de todas as normas legais da Resolução vigente.

Outra mudança significativa que ocorre nas eleições de 2016, além da vedação da doação de pessoas jurídicas, é uma maior importância do profissional de contabilidade dentro da prestação de contas. A principal consequência disso é a participação ativa do contador no processo desde a convenção partidária até a diplomação dos candidatos eleitos. Com o objetivo central de aumentar a confiabilidade das informações fornecidas e, consequentemente, aumentar a transparência do uso de dinheiro em campanhas eleitorais, o contador é parte fundamental desse processo de condenação a corrupção e a busca por maior transparência no caso de uso de dinheiro público.

Nesse prisma, torna-se evidente a relação entre as mudanças iniciadas com a minirreforma eleitoral de 2015 e a maior atuação do profissional de contabilidade dentro do processo eleitoral.

3 A IMPORTÂNCIA DO CONTADOR NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Além de comparar as principais mudanças na legislação da prestação de contas eleitoral entre 2014 e 2016, um dos pontos a ser analisado é o papel do Contador dentro do processo de prestação de contas eleitoral e o seu destaque dentro desse processo.

A contabilidade eleitoral se estabeleceu como princípio da prestação de contas e da utilização de recursos financeiros em campanhas eleitorais. Assim, à medida que as resoluções que ditam as regras das eleições foram evoluindo, somadas ao crescimento da necessidade de fiscalização e da maior transparência por parte da Justiça Eleitoral, o processo tornou-se mais rígido.

Depois das manifestações de 2013 no Brasil, a população começou a exigir uma maior transparência nas contas públicas juntamente com uma menor tolerância à corrupção. Com isso, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) começou a aumentar a fiscalização das prestações de contas e passou a ser obrigatória a presença de um profissional de contabilidade no acompanhamento desde a emissão do CNPJ do candidato até a entrega da documentação ao órgão responsável. Dessa forma, a presença do profissional de contabilidade veio para agregar valor e respaldar o uso de dinheiro nas campanhas eleitorais de forma mais transparente e correta.

A evolução da contabilidade se dá de maneira conjunta a evolução da sociedade. Segundo Melis (1950), a principal característica da contabilidade é tão antiga quanto a sociedade. A contabilidade vem como uma ferramenta da economia nos estudos de evolução econômica da sociedade em diversas regiões. Segunda Sá (1997), o nascimento da contabilidade é feito em conjunto com o nascimento de uma civilização, portanto, seus progressos andam lado a lado com a evolução social.

Batista Maciel Neto - Contador, Auditor e Conselheiro do CRC-CE Publicado na Conjuntura do Comércio - publicação da CDL Fortaleza - de janeiro de 2009 como parte do projeto Diálogo com o Empresário - Programa de Valorização da Contabilidade do CRC-CE diz:

"A importância da contabilidade dentro de uma sociedade se deve ao fato de que esta ciência oferece aos seus usuários oportunidades de progredir. O governo usa a Contabilidade para a cobrança de tributos, o empresário usa para tomada de decisão e aferição de lucros. O contador tem a função de produzir informações confiáveis e corretas acerca de toda movimentação contábil na qual ele esteja inserido."

A partir de 2006, após a minirreforma eleitoral com a Lei nº 11.300/2006, as sanções impostas aos candidatos que deixavam de cumprir as exigências necessárias para a prestação de contas já eram consideradas mais severas. É possível trazer como exemplo see um candidato que tivesse a prestação de contas reprovada, estaria proibido de se candidatar nas próximas eleições. Foi a partir desde momento que tanto os candidatos quanto os partidos políticos perceberam que era necessária a presença de um profissional de contabilidade no acompanhamento e elaboração das prestações de contas, mesmo não sendo obrigatória a constituição desse profissional na prestação naquele momento.

Com o aumento da fiscalização e, consequentemente, do rigor para a análise das prestações de contas, a partir de 2015, com a Resolução nº 23.463/2015, a presença do Contador se tornou obrigatória desde o momento da emissão do CNPJ e abertura de conta bancária específica até a entrega junto ao órgão competente da prestação de contas.

Após a realização destas mudanças, hoje em dia, o contador é de extrema importância dentro do processo eleitoral. Pois, além de ser obrigatório a sua presença e acompanhamento das prestações de contas dos partidos políticos e de seus candidatos, o contador tem o papel de instruir seus clientes para o cumprimento de todas as etapas da legislação vigente, zelar pelo orçamento estabelecido no início das campanhas eleitorais, analisar os documentos que envolvem receitas e despesas no período eleitoral para saber se estão em acordo com as normas contábeis e do TSE. Todo este controle faz com que os casos de “caixa 2”, que seria a utilização de recursos financeiros sem a devida declaração, sendo utilizado sem fiscalização e sem os limites previstos pela Lei, além de não transitar pela conta bancária, e abuso de poder econômico e político diminuam e garantam uma veracidade e confiabilidade das prestações de contas.

A prestação de contas, enquanto uma das etapas do processo eleitoral vem se tornando cada vez mais importante na política nacional. Apesar da prestação de contas ser uma obrigação perante a sociedade, precisa ter um controle e uma transparência relevante para diminuir o interesse de quem realiza doação financeira para o candidato (SALLABERRY, 2014).

Para Souza (2014), a presença do profissional de contabilidade no processo de prestação de contas é, juntamente com o próprio candidato e o advogado, uma das partes mais relevantes do processo eleitoral, contribuindo para uma eleição mais

transparente em termos de gastos eleitorais e mais limpa em termos de profissionais envolvidos em todo o processo eleitoral. O autor ainda afirma que o princípio da competência, um dos principais princípios da Contabilidade, deve ser levado em consideração na prestação de contas eleitorais. Pois o momento da realização da receita ou da despesa deve ser registrado no Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE), exclusivo para o fornecimento de informações acerca da movimentação financeira dos candidatos.

Segundo Queiroz (2014), a importância do contador na elaboração da prestação de contas se faz presente no que se refere à responsabilidade da elaboração da contabilidade de campanha, pois, a partir da presença do profissional da contabilidade, a uma exigência maior no julgamento da prestação de contas. Segundo Simões (2016), a atuação do contador na elaboração da prestação de contas traz um conforto maior para a sociedade que buscava alternativas para uma maior transparência na arrecadação de receitas financeiras para as campanhas eleitorais.

A presença do contador no processo eleitoral começou de forma mais efetiva com a Resolução nº 21.841/2004, do TSE, no que tange a respeito da prestação de contas, no Art. 2º, a Resolução informa que é obrigatório, dentro do estatuto do partido, a presença de uma contabilidade, alinhada às Normas Brasileiras de Contabilidade. Já a Lei 9.096/1995, conhecida como a Lei das Eleições, no Art. 30º, relata que os partidos políticos devem manter uma escrituração contábil, para controlar suas contas patrimoniais, além do controle de receitas e despesas do partido como uma empresa.

Após diversas Resoluções, no que tange a prestação de contas eleitorais, a presença do contador no processo de prestação de contas só voltou a ser obrigatória após a Resolução nº 23.463/2015, que constituiu, além da assinatura do contador, a do candidato e a do advogado, proibia a doação de recursos financeiros por pessoas jurídicas e de lá pra cá esta exigência se faz presença em todas as prestações de contas.

O caso que sempre entra em discussão acerca da presença do Contador dentro deste processo é até onde a ética do profissional de contabilidade consegue alcançar. De acordo com o Código de Ética do Contador, ele deve obedecer aos princípios contábeis e as leis que regem o seu trabalho. Porém, como a classe política já esteve envolvida com escândalos de corrupção e abuso de poder econômico, o TSE viu no profissional de contabilidade uma forma de aumentar a credibilidade da política e facilitar a fiscalização das prestações de contas, já que em caso de prova de fraude dentro de

qualquer processo eleitoral, o contador responde igualmente ao candidato, podendo até perder seu registro no Conselho Federal de Contabilidade, o CFC.

3.1 Como era e como é o papel profissional do contador?

O papel do contador vem sofrendo diversas alterações com o passar dos anos e a influência da globalização e da tecnologia nos sistemas operacionais faz com que essas mudanças aconteçam muito rapidamente. Com isso, o contador se torna cada vez mais relevante na elaboração de relatórios que servem para a tomada de decisões em diversas empresas. No que tange a contabilidade eleitoral, essa importância não era vislumbrada como uma forma de ajudar os partidos e os candidatos a tomarem as decisões de forma mais correta, levando em consideração os recursos financeiros que envolviam as suas escolhas e que quanto menos pessoas envolvidas, mais fácil o recurso seria aplicado de forma incorreta.

A assinatura do profissional da contabilidade dentro de um processo eleitoral se originou com a Resolução 14.442/1994, do TSE. Nela a assinatura do candidato e do administrador financeiro era obrigatória, além do contador no documento da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), que tratava de todo controle dos gastos eleitorais na eleição de 1994. A Resolução de 1996, de nº 19.510, do TSE, continuou com a obrigatoriedade da assinatura do candidato e do administrador financeiro, retirando a obrigatoriedade do profissional da contabilidade que ficou restrita, apenas, a prestação de contas do comitê financeiro.

A partir de 1998, com a Resolução de nº 20.102, extinguiu totalmente a presença do contador em qualquer peça do processo eleitoral, permanecendo apenas as assinaturas do administrador financeiro e do próprio candidato. Com a próxima eleição, no ano de 2000, a Resolução 20.566, não foi explícita na presença do profissional de contabilidade, levando à grande maioria dos candidatos a não realizarem a prestação de contas acompanhada de um profissional da contabilidade. Isso ocorre, pois não tinha interesse próprio do candidato por conta da fiscalização da Justiça Eleitoral ser menos rigorosa, quando comparada a atual. Além disso, a ausência do contador seria também para diminuir o custo da prestação de contas. Chegando em 2002, com a Resolução de nº 20.982, não era mais obrigatória a presença do contador, porém foi lançado neste mesmo ano o “Manual de Arrecadação”, que aumentou a fiscalização em relação a prestação de contas.

“Transparência do processo organizacional é a existência de políticas organizacionais que visam fornecer aos interessados informações sobre a organização segundo características gerais de acesso, uso, apresentação, entendimento e auditabilidade (CAPELLI, LEITE, 2008, p. 6)

Com o passar dos anos, como podemos observar, a legislação eleitoral vem aumentando a fiscalização perante todo o processo eleitoral. Pode-se dizer, então, que o que levou em discussão por parte da Justiça Eleitoral, bem como uma iniciativa popular por um uso mais consciente do dinheiro público, ao trazer o contador de volta ao processo de prestação de contas, aumentando sua transparência e confiabilidade.

3.2 Qual a função do contador na elaboração das prestações de contas

Segundo a CF (1988), qualquer pessoa, seja ela física ou jurídica, que arrecade ou utilize bens ou dinheiro público é obrigado a prestar contas levando ao seu prestador a obrigatoriedade de disponibilizar toda a documentação necessária para a sua comprovação. Como o patrimônio público pertence à sociedade, se exige uma necessidade de impor regras para a sua arrecadação e utilização. No que tange a recursos eleitorais, a Justiça Eleitoral elabora uma série de Leis e Resoluções a serem seguidas para uma melhor análise da prestação de contas dos candidatos.

A função primordial do contador dentro do processo de prestação de contas eleitoral é o de garantir a lisura de toda utilização dos recursos arrecadados, bem como, a correta escrituração contábil de todo esse recurso. A partir da minirreforma eleitoral de 2015, com a presença obrigatória do contador em todo o processo eleitoral, o julgamento da prestação de contas, por parte do TRE, ficou mais confiável de ser julgado e com menos erros na sua elaboração. O contador também é o responsável por toda a análise dos documentos que lhe são entregues, para a devida alocação em sua respectiva despesa, além de zelar pelo uso correto do dinheiro público.

Como o principal responsável pela elaboração da prestação de contas, o profissional de contabilidade não assume sozinho toda a responsabilidade pela desaprovação das contas. O único critério do qual o contador é totalmente responsável é em caso de dolo pela tentativa de “maquiar” a prestação de contas. Segundo Serpa (2002), existe uma diferença entre fraude e dolo, que se resume em

indicar que quando há intenção, de forma proposital, de alterar o correto lançamento do recurso ou despesa se caracteriza a fraude, já em caso de um lançamento equivocado, por parte do contador, sem qualquer intenção, se caracteriza erro. Embora possam ocorrer em cima de um mesmo processo cada caso deve ser analisado de forma separada, levando em consideração o real motivo da ocorrência.

Em caso de comprovação de dolo do contador, o TSE ainda não tem uma clara definição quanto a punição a ele conferida, porém, o Conselho Federal de Contabilidade irá retirar o seu registro, no qual o profissional ficará vedado de assinar qualquer balanço financeiro ou exercer qualquer função que exija o registro no Órgão regulador. Portanto, uma representação fidedigna da arrecadação e utilização do dinheiro envolvido na campanha, passa pelo crivo do contador e pela conduta ética que o contador deve ter para o exercício de sua profissão, conforme normas do Código de Ética do Contador.

Tanto na prestação de contas dos candidatos e partidos políticos, quanto na prestação de contas regular dos partidos políticos, fora do período eleitoral, a presença do profissional de contabilidade é de extrema relevância na elaboração e consultoria da prestação de contas. Além disso, por conta da confiabilidade que o contador passa a sociedade e a transparência exigida em todo o processo, sendo este processo eleitoral ou não, o trabalho do profissional de contabilidade se faz presente para atender aos anseios da sociedade em ter um sistema político, no que tange ao uso de recursos públicos, mais correto.

Portanto, a presença do contador na elaboração do processo de prestação de contas, elaborado pelo Sistema de Prestação de Contas Eleitoral, o SPCE, tem uma função afirmativa de controle dos gastos públicos e a correta alocação de cada receita e cada despesa em sua respectiva conta contábil. Essa união entre o TSE e o CFC vem trazendo grandes benefícios para a sociedade e para a análise de recursos financeiros e estimáveis em dinheiro de todos os candidatos envolvidos nas campanhas eleitorais.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Sartoris (1992), o resultado de uma democracia igualitária só seria possível se todos os partidos que concorrem à eleição estivessem em equilíbrio de recursos. O que se deve ressaltar que a presença de partidos políticos é de grande importância para a democracia, porém, o dinheiro investido nas campanhas continua sendo o principal divisor de uma candidatura de sucesso. A partir dos últimos anos, é possível perceber o descontentamento com a classe política no Brasil e isso se deu pelo fato do montante de dinheiro investido e dos escândalos de corrupção que assolam a política brasileira.

A corrupção está presente em diversas situações dentro da política, bem como, a compra de votos, o uso de dinheiro ilícito em campanhas eleitorais, a troca de financiamento de campanha por cargos públicos e nomeações e o gasto do dinheiro público para o marketing pessoal do candidato, muitas vezes, corroborando com o abuso do poder econômico e político.

Segundo Zovatto (2005), existem ao menos cinco razões para se ter uma maior fiscalização das prestações de contas eleitorais e uma maior transparência nas divulgações dessas contas. O primeiro deles é para se evitar a compra de influências nos partidos políticos, pois, na maioria das vezes, o candidato troca o apoio financeiro do seu doador por cargos públicos em uma futura vitória nas eleições. O segundo seria dar um equilíbrio a mais para os partidos políticos nas eleições, porque, quando mais investimento um partido tem e mais coligações ele consegue fazer, além do marketing ser mais favorável ao candidato com maior receita financeira, o tempo de televisão durante a propaganda eleitoral gratuita, não é dividido igualmente entre os concorrentes.

Em terceiro lugar é uma maior participação dos eleitores nas cobranças de transparência dos candidatos. Com isso, cabe ao candidato dar uma importância maior ao dinheiro investido em sua campanha e deixar claro todo o uso do recurso financeiro para o conhecimento dos seus eleitores. Em quarto é o desenvolvimento e fortalecimento dos partidos políticos para a criação de uma democracia mais efetiva para todos. Em quinto seria uma maior racionalidade nos gastos, principalmente o de origem pública, pois se trata de um dinheiro que poderia ser investido em programas sociais e está todo direcionado a campanha política.

“A contabilidade eleitoral é um ramo da ciência contábil que se institui pela necessidade de se aprimorar o avanço das normas eleitorais impostas pela justiça eleitoral à aplicabilidade dos princípios fundamentais da contabilidade” (CARDIN 2016, p. 18).

Rodrigues e Jorge (2014) reforçam a importância do controle por parte da Justiça Eleitoral e facilita o julgamento da prestação de contas no que se refere ao fato de uso de fontes vedadas. Segundo Tinelli (2016), o profissional deverá se certificar de toda a classificação dos recursos arrecadados durante a campanha e todas as despesas com relação à campanha, tendo ainda a responsabilidade de orientar o seu cliente/candidato a não receber dinheiro de forma ilícita e expor os riscos que o candidato sofre em não respeitar a legislação vigente.

Segundo a Cartilha do CFC, disponibilizada antes das eleições de 2016, o contador deve se ater a alguns princípios da Contabilidade para a realização de uma prestação de contas de forma correta. O primeiro princípio a ser levado em conta pelo contador é o Princípio da Entidade, o qual deve reconhecer a diferença entre um patrimônio do candidato e um patrimônio adquirido pelo candidato após o início das eleições. Outro princípio a ser seguido é o da Competência que determina que toda e qualquer ação feita através da conta bancária do candidato, a mesma deverá ser reconhecida no mesmo momento em que ocorreu. O princípio da Oportunidade também faz parte da contabilidade eleitoral, no ponto em que todo o processo de mensuração deve ser feito de modo a garantir a correta aferição de valores instituídos pelo mercado, como forma de mensurar o valor aproximado de um custo, principalmente em relação a despesa com serviços.

Com uma maior relevância do contador dentro do processo eleitoral, pode-se concluir com o presente trabalho que a sua presença no processo eleitoral, principalmente no que se refere na elaboração da prestação de contas, é de suma importância. Pois, com a sua presença, todo o processo eleitoral ganha uma transparência maior no uso de recursos públicos por parte dos candidatos e aumenta a confiabilidade, por parte da sociedade, na divulgação dos recursos utilizados nas campanhas.

No que diz respeito à análise e julgamento da prestação de contas, a mesma é feita por Técnicos especializados dos Tribunais de Contas da União, Estadual,

Municipal ou pessoas idôneas que tenham capacidade técnica suficiente para exercer a função. Quando este técnico apurar alguma irregularidade no processo de prestação de contas, o mesmo pode requerer algumas informações complementares para a correta análise, devendo o candidato e/ou advogado responder esta diligência no prazo máximo de 72h a partir do publicado no diário oficial. Após a resposta protocolada no Órgão competente, o Tribunal Regional Eleitoral tem a obrigação de emitir um parecer técnico conclusivo acerca do julgamento da prestação de contas, apenas em caso de protocolo de documentação insuficiente, o técnico pode emitir outra diligência pedindo novos documentos acerca do processo. Em caso de não atendimento a diligência, no prazo de 72h, o candidato é punido pela inércia a resposta solicitada pelo técnico e o parecer técnico conclusivo roga pelo julgamento com as informações anteriormente exibidas em face da diligência.

O processo da prestação de contas só pode ser retificado em caso de atendimento da diligência emitida pelo Técnico que analisou o processo ou em caso de erro material detectado antes da emissão da diligência. O contador deve obedecer além do Código de Ética da profissão, a Resolução em vigor para a eleição em questão. Como mencionado anteriormente neste trabalho, os limites legais para doação de bens estimáveis em dinheiro, a permissão ou vedação da doação de pessoas jurídicas em doar recursos, os prazos para a elaboração das parciais enviadas ao TRE, em resumo, toda a Resolução deve ser analisada pelo profissional de contabilidade para a correta elaboração da prestação de contas junto ao Sistema de Prestação de Contas Eleitorais.

Segundo a Resolução nº 23.463/2015, que regula as eleições de 2016, diz que caso o partido tenha sua prestação de contas rejeitada pela Justiça Eleitoral, o mesmo perderá o direito de recebimento de quota do Fundo Partidário. Já no caso do candidato que tiver a prestação de contas rejeitada, o mesmo ficará impedido de disputar as eleições pelo prazo máximo de 8 anos a partir da eleição disputada e o partido ficará sem participação de quota do Fundo Partidário.

Para a Justiça Eleitoral, existem três tipos de abusos por parte dos partidos ou candidatos, o primeiro seria o abuso de poder econômico que reproduz o uso de dinheiro de forma a não respeitar os limites impostos pela Resolução vigente, e a punição, prevista na CF, seria de “o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude” (Art.14, § 10 da CF/88). O segundo abuso é o de poder político, na qual o candidato usa a influência política

própria ou de outro político, com a finalidade de comprometer a disputa e a legitimidade de sua candidatura. O terceiro e último abuso condenado pela Justiça Eleitoral, é o abuso dos meios de comunicação social que utiliza de meios de comunicação em massa para manipular informações e ser tendencioso da demonstração das propostas de cada candidato.

Conforme o cenário político atual é envolvido cada vez mais em escândalos de corrupção, se faz presente, cada vez mais, a obrigatoriedade de controle dos gastos públicos. Portanto, a criação do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, o MCCE, é de suma importância para um combate mais eficiente à corrupção.

Segundo a Cartilha do CFC, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral é formado por várias entidades e conselhos com o objetivo prioritário de combater a corrupção eleitoral e conscientizar a população a exercer um dos mais valiosos direitos sociais, o voto. O comitê é formado por mais de 60 entidades nacionais, é sediado na capital federal e foi instituído nas eleições de 2002. Porém, apenas em 2006, foi criada a Secretaria Executiva do Comitê Nacional, sendo oficializada legalmente em 27 de abril de 2017. A sua criação foi baseada em duas leis de iniciativa popular, a Lei Contra a Compra de Votos, de nº 9.840/99, e a Lei da Ficha Limpa, de nº 135/2010, Lei Complementar.

Por se tratar de uma iniciativa popular, o MCCE é baseado em 4 (quatro) propostas principais de discussão no combate a corrupção e igualdade entre os candidatos. A primeira proposta é a vedação do financiamento de campanha por pessoas jurídicas, com o objetivo de igualdade financeira entre os candidatos. A segunda proposta é a eleição proporcional em dois turnos. O terceiro é a igualdade de gênero em disputa eleitoral, em lista pré-ordenada, por uma participação mais efetiva da mulher, por em sua maioria, elas apenas comportam os 30% de obrigatoriedade da Lei e não recebem o mesmo recurso financeiro. A quarta e mais valiosa proposta é a de participação maior da sociedade em decisões nacionais importantes, com o objetivo de aproximar a política real da sociedade, diminuindo a corrupção e aumentando a transparência das contas públicas.

O presente trabalho nos permite concluir que a importância do contador em todo o processo eleitoral de elaboração da prestação de contas é o de protagonista, pois, além de ficar responsável pelo fornecimento de informações de partidos e candidatos em relação a utilização de recursos financeiros ou estimáveis em dinheiro, o profissional da contabilidade se torna um representante da sociedade em termos de transparência e

confiabilidade no processo eleitoral. Ainda fica sob a responsabilidade do contador, a correta orientação ao candidato em relação a uso de recursos de fontes vedadas e todo o cumprimento da forma de arrecadação e utilização dos recursos financeiros.

Dado a importância do assunto, torna-se necessário uma discussão mais aprofundada no que tange ao processo eleitoral e, para isso, foi apresentado diversos fatores que realçam a importância do contador, não só em uma maior transparência das contas, mas também na parte de consultoria ao candidato, informando quais são os limites de arrecadação, as fontes vedadas, as de origem não identificada, entre outras.

Sugere-se, portanto, um estudo maior no campo da contabilidade eleitoral, pois, os estudos disponibilizados nesta área ainda são recentes. O assunto em relação à prestações de contas veio se modernizando desde 2002, porém, só em 2015 que a presença do contador se tornou obrigatória na prestação de contas. Portanto, ainda há muito a se caminhar para um controle maior dos recursos financeiros que são utilizados nas campanhas eleitorais, bem como, a presença do contador neste processo é uma importante mudança no cenário político e a certeza de uma maior transparência com a utilização do dinheiro público.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Código de ética profissional do contabilista. Brasília, 1997.

SERPA, Júlio César Lopes - Fraudes Contábeis, Dolo ou Culpa. João Pessoa, 2002. Disponível em: [http:// www.contadorperito.com/index.php?tp=3&ag=2574](http://www.contadorperito.com/index.php?tp=3&ag=2574) >. (Acesso em 10/06/2018).

CARDIN, Décio Vicente Galdino. Contabilidade Eleitoral: Aspectos Jurídicos e Contábeis das Prestações de Contas das Eleições 2016. Disponível em: http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Contabilidade_Eleitoral_web.pdf (Acesso em 10/06/2018 - 16/06/2018).

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

TAVARES, André Ramos. Prestação de contas. In. Guia das eleições. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2012. p. 75.

SÁ, Antônio Lopes de. Teoria da contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002. História geral e das doutrinas da contabilidade. São Paulo: Atlas, 1997.

MELIS, F. Storia della Ragioneria. Bologna: Dott. Cesare Zuffi, 1950.

ZOVATTO, D. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. Opinião Pública, Campinas, v. 11, n. 2, out. 2005.

RODRIGUES, L. F.; SALLABERRY, J. D. Aspectos legais e contábeis da prestação de contas eleitorais para as eleições de 2012: uma análise empírica à luz da legislação vigente. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, v. 43, n. 199, p. 63-78, jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Brasília, 1997. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei->

das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997 >. Acesso em: 23 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Brasília, 1995. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-dos-partidos-politicos/lei-dos-partidos-politicos-lei-nb0-9.096-de-19-de-setembro-de-1995> >. Acesso em: 23 jun. 2018.

SARTORI, G. ([1976] 1982), Partidos e Sistemas Partidários. Rio de Janeiro, Zahar/Brasília, Editora Universidade de Brasília.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos, candidatos e comitês financeiros e, ainda, sobre a prestação de contas nas Eleições de 2014. Resolução 23.406, de 27.02.2014. < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/normas-e-decisoes/normas-e-documentacoes/resolucao-no-23.406> >, Brasília, DF.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos, candidatos e comitês financeiros e, ainda, sobre a prestação de contas nas Eleições de 2014. Resolução 23.463, de 15.12.2015. < <http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234632015.html> > , Brasília, DF, 29.12.2015, p. 11-35.

SOUZA, K. F. DE. CONTABILIDADE ELEITORAL: Uma Visão do Profissional Contábil. INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. Rio de Janeiro: UFF, 2014.

_____. Lei Complementar nº 135, de 04 de junho de 2010. Altera A Lei Complementar nº 64, de 18 de Maio de 1990, Que Estabelece, de Acordo Com O § 9º do Art. 14 da Constituição Federal, Casos de Inelegibilidade, Prazos de Cessação e Determina Outras Providências, Para Incluir Hipóteses de Inelegibilidade Que Visam A Proteger A Proibidade Administrativa e A Moralidade no Exercício do Mandato.. Brasília, DF, 04 jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Normas Contábeis. Brasília: CFC, 2016.

TINELLI, Tatiane Bagio. **A prestação de contas dos candidatos a cargos políticos e o papel do contador: um estudo sobre as Leis nº 9.504/1997 e 13.165/2015 e suas respectivas resoluções.** 2017. 58 f. Trabalho de conclusão de curso - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Santa Catarina, 2017.

BRASIL. Lei Complementar n.º 101 de 04 de Maio de 2000: estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal e dá outras providências – Guia Contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasília, 2001.